

Resenha

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Peter Burke é professor de História da Cultura na Universidade de Cambridge e escreve mensalmente para a seção “Autores” do suplemento “Mais!”, do jornal Folha de São Paulo. Dentre suas publicações em âmbito nacional destacam-se: História social da linguagem (Ed. UNESP), A arte da conversação (Ed. UNESP), Cultura popular na Idade Moderna (Companhia das Letras), Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet (Jorge Zahar), entre outras. “Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot”, originalmente publicado no ano de 2000 e traduzido para a língua portuguesa em 2003, resultou de uma série de conferências promovidas pela Universidade de Croningen, na Holanda. A obra surgiu como reflexo da percepção de uma lacuna na literatura no que diz respeito a estudos voltados à sociologia do conhecimento no início do período moderno, uma vez que grande parte dos estudos sobre a temática concentrou-se numa abordagem referente ao período entre os séculos XIX e XX.

Burke versa sobre a trajetória da construção do conhecimento na sociedade englobando importantes revoluções intelectuais, a exemplo do Renascimento, da Revolução Científica e do Iluminismo da Europa moderna, e, em certos momentos, traça um paralelo dessas revoluções ocidentais com os países do Oriente. O ponto histórico-referencial da obra compreende o período entre 1450 e 1750, anos que marcam, respectivamente, o surgimento da imprensa tipográfica e a publicação da primeira *enciclopédia* na França. A delimitação desse período é justificada por Burke com o fato de a imprensa ter impulsionado a confluência dos diferentes tipos de conhecimento e agido como elemento de transformação social, provocando significativas mudanças na forma de produzir, expressar, expandir, apresentar, perceber, disseminar, fazer circular e recuperar informações; e ainda, pelo fato de nortear e suscitar questionamentos, críticas, comparações e o ceticismo da sociedade com relação às produções intelectuais da época. Conseqüentemente, a enciclopédia vislumbra-se como um marco na história do conhecimento, pois enquanto uma das precursoras das inúmeras obras de referência hoje existentes que emergiram como solução para um problema ainda atual, mas que já remontava àquele período o da “recuperação da informação”, revolucionou a pesquisa, acentuou o “comércio do conhecimento” e o “consumo de cultura”.

Uma história social do conhecimento introduz-se fazendo referência ao senso comum, altamente presente nos discursos atuais, que utilizam clichês como: “sociedade da

informação”, “sociedade do conhecimento”, “era da informação”, e instigam o leitor a refletir mais criticamente sobre fatos e elementos, quando de sua apresentação e utilização. Segundo o autor, nem mercantilizar a informação nem utilizá-la como forma de reprimir, dominar e expressar poder são características de cunho político, social e econômico recentes, e sim, tendências vindas de longo prazo, pois já estavam presentes, pelo menos de forma latente, desde o início dos tempos. Com base nessa premissa, Burke, nas linhas que compõem os nove capítulos de “Uma história social do conhecimento”, se vale de exemplos e comentários respaldados em autores de renome para reforçar e balizar o percurso desenvolvido pelo conhecimento nos diferentes momentos sociais e a reorganização do saber, dando ênfase ao conhecimento da elite europeia do início da era moderna, com base em textos produzidos nos séculos XVI, XVII e XVIII e sob influência de Michel Foucault, Karl Mannheim, Max Weber e outros. Burke apresenta o conhecimento como advindo, em seu início, de uma cultura predominantemente oral; ou seja, a oralidade era o principal veículo de transmissão do conhecimento. O autor transpõe os conhecimentos práticos, operários e populares (presentes nas classes burocratas, artesãos, curandeiros, camponeses etc.) de uma posição coadjuvante para um patamar de agente precursor e impulsionador para o que anos mais tarde concretizou-se através da legitimação das universidades e instituições acadêmicas: a formação dos letrados europeus. Esses intelectuais, muitos ainda ligados ao clero, com base em articulações de grupos corporativos conquistaram espaços e postos significativos na sociedade e tornaram “o saber” um ofício. Entretanto, nesse período as universidades restringiam-se a transmitir conhecimento, e não o produziam, característica que foi sofrendo paulatinas alterações ao longo das revoluções e agregando termos como pesquisa, investigação, experimentos, que no Iluminismo sugerem uma consciência de necessidade de inovação e busca de conhecimento de forma sistemática, útil e cooperativa. Paralelamente, reforça-se a atuação de organizações menos formais no intercâmbio de informações técnico-científicas. As bibliotecas, com a invenção da imprensa, além de expandirem seus acervos, atuavam como sedes de conhecimento, pois naquela época, assim como os cafés e as livrarias, elas se tornaram centros de estudos, lugares de debates entre intelectuais e espaços de sociabilidade de idéias e troca de informações, rompendo seu vínculo único e exclusivo com o silêncio e a leitura. Ainda tratando das sedes de conhecimento, Burke enfatiza a importância de cidades como Veneza, Amsterdã, Sevilha, Paris, Roma e Londres no papel de agências de informação e capitais de conhecimento na Europa. Tais cidades privilegiaram-se nesse período pela quantidade de bibliotecas que possuíam, pela língua de publicação das obras naquele período e, em alguns casos, por aproveitarem-se das atividades portuárias como forma de intercâmbio

e “importação” de conhecimento. Em decorrência da crescente demanda social por informações, há uma proliferação dos serviços de informação nas primeiras cidades modernas. Surgem assim os primeiros catálogos, guias e livros de endereços. Passa-se de um conhecimento centralizado à necessidade de seu compartilhamento e distribuição e de descobertas globais, o que fortalece significativamente as traduções e as reproduções de documentos e livros. Outro ponto destacado por Burke diz respeito à classificação do conhecimento. O autor categoriza diversas variedades de conhecimento, apresentando a “Árvore de Porfírio”, a *Tabula primi libri*, o diagrama oval de Cristofle de Savigny baseado no sistema de *trivium* e *quadrivium* e ainda, a categorização baconiana como possíveis formas de visualização do sistema de conhecimento daquele período. Posteriormente, são discutidos três elementos, adjetivados por Burke como “tripé intelectual” ou subsistemas do sistema do conhecimento: currículos das universidades, bibliotecas e enciclopédias. Esses elementos são priorizados pelo fato de repercutirem diretamente na reorganização do sistema de conhecimento e de reprodução cultural. As mudanças nos currículos universitários possibilitaram a ramificação das ciências e das áreas do conhecimento, ramificação que, por conseqüência, forçou uma nova estruturação das bibliotecas e a busca de novas formas de classificação e organização. As enciclopédias também inovam, seguindo as modificações das bibliotecas e dos currículos universitários, e passam a adotar a alfabetação como forma de classificação principal. Na seqüência, são explorados as influências e o controle do Estado e da Igreja sobre o conhecimento. Essas relações são tratadas desde a concentração, por parte da máquina administrativa, de informações sobre a população, como forma de controle interno e dominação, e a preocupação do Estado com a obtenção de informações relativas às expedições e às descobertas ultramarinas na competição por novas rotas e terras, até a Igreja como detentora de informações e registros destinados à Inquisição. Num salto histórico da censura, controle e acesso restrito às informações para a comercialização do conhecimento através da proliferação da produção e venda de livros, atlas, periódicos, jornais e enciclopédias, podem ser percebidas na obra de Burke diversas conseqüências inerentes a essa abertura de informações, como, por exemplo, a busca pela proteção intelectual através das chamadas cartas de proteção, a especialização das fontes de informação e a invenção das obras de referência como solução para se recuperar a informação. A difusão do material impresso, calcada na mercantilização da informação e na explosão informacional marcada pelo período pós-imprensa, como explicitado por Burke, expôs as informações publicadas a um maior raio de divulgação e acesso, o que resultou na percepção de discrepâncias entre relatos dos mesmos fenômenos e na chamada “crise do conhecimento”. Houve o que

poderíamos chamar de uma vulgarização do conhecimento e, por isso, o ceticismo, o questionamento e a crítica à autoridade intelectual tornaram-se predominantes. Como resultado, as mais diversas áreas do saber voltaram-se para a cientificidade, o método e o empirismo como forma de validação e checagem da verossimilhança do conhecimento.

Ao analisarmos a obra de Peter Burke, percebemos que “Uma história social do conhecimento”, como bem fundamenta o autor ao mencionar os ciclos de inovação, da “rotinização” de Weber e da “ciência normal” de Thomas Kuhn, resgata, através de elementos passados, uma história que, além da perspectiva de continuidade, se reinventa e pode ser perfeitamente pensada nos dias atuais. Assim como a mercantilização e a vulgarização da informação se fizeram presentes após a imprensa, atualmente também enfrentamos, embora de forma distinta e baseada em uma nova estrutura político-econômico-social, uma “crise do conhecimento”, advinda da explosão informacional agravada pelo surgimento da Internet. Conforme elucida Morin (1999, p. 21) “ao mesmo tempo que ergue uma vertiginosa Torre de Babel dos conhecimentos, o nosso século realiza um mergulho ainda mais vertiginoso na crise dos fundamentos do conhecimento”. O livro está estruturado de maneira que confere ao leitor certa recursividade e não-linearidade de leitura, expressa por freqüentes remissivas; e, ainda que não intencionalmente - principalmente por tratar-se de uma obra de cunho histórico - nos faz lembrar e possibilita fazer analogia aos *links* e ao caráter hipertextual presentes na contemporaneidade WWW.

A apreciação e exposição de diversas obras de autores renomados como Norbet Elias, Francis Bacon, Jurgen Habermas, Pierre Bourdieu e vários outros, e suas conseqüentes amarrações históricas e criativas abordagens, aliadas à riqueza das notas, outorgam e imprimem prestígio e credibilidade à obra. “Uma história social do conhecimento” pode ser considerada uma obra de referência sobre a sociologia do conhecimento, a qual não se volta apenas aos comunicólogos, historiadores, museólogos, arquivistas sociólogos, bibliotecários e demais profissionais da informação, mas se direciona para todos aqueles que desejam compreender a construção sociológica, imergir no interessante, revelador, plural e multidisciplinar mundo do “saber” e entender os fenômenos atuais no que diz respeito à informação e à comunicação na tão aclamada sociedade do conhecimento.

REFERÊNCIA

MORIN, E. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

[Renata Gonçalves Curty](#)

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal de Santa Catarina